



Almoço de confraternização marca despedida do diretor da SECAD



contemporâneo do TRT 5, local onde o diretor do Foro começou a sua vida profissional no Judiciário. Declarou ainda que, sem a fundamental contribuição do diretor da SECAD, nenhuma das ações realizadas pela atual Administração teria sido possível.

O magistrado destacou também uma das principais qualidades e marcas de Tarcísio Reis, que é a sua intensidade, envolvimento e interesse em conhecer e compartilhar soluções. Disse ainda que esta foi uma experiência muito gratificante e enriquecedora para ambos, e que as portas da SJBA sempre estarão abertas para recebê-lo novamente.

O homenageado agradeceu, no sentido amplo, pelo apoio dos colegas e registrou seu especial agradecimento a Dr. Durval Carneiro e à supervisora da SECAD, Márcia Magalhães, que foram seus “braços e assessores para todos os assuntos” durante todo o período. Nas suas palavras de despedida, Tarcísio Filgueiras ressaltou o espírito positivo da Justiça Federal da Bahia, pontuando sobre a sua interação, acolhimento, espírito de família e mais pertencimento.

O diretor da SECAD afirmou que foi bem recebido por todas as unidades, por todos os servidores e colaboradores e que apesar do pouco tempo, foi o suficiente para conhecer a rotina de trabalho da Administração. Tarcísio Reis reconheceu que a vinda dele para a JFBA foi valiosa e enriquecedora não apenas na área pessoal, mas principalmente na esfera profissional, e garantiu que esse período será lembrado por ele com o gostinho de “quero mais” e pela sua própria capacidade de encarar novos desafios.

Cedida a palavra, alguns servidores presentes na homenagem agradeceram o trabalho desempenhado à frente da SECAD, desejando felicidades, boa sorte e sucesso a Tarcísio Reis, um servidor considerado extremamente competente, dedicado e comprometido.

Esta matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Aniversariantes

Hoje: Ana Cláudia Xará Gonçalves (13ª Vara), Joaldo Guimarães Simões (9ª Vara), Paulo César Paranhos de Castro (21ª Vara), Arthur Jorge de Santana Silva (16ª Vara), Juan Pablo Estrela Sodrê (NucGP). **Amanhã:** Delmo Agnelo Loureiro Vasconcelos (Itabuna), Zineide Alves Tupiná (16ª Vara), Danielle Ferreira Sá (Juazeiro), Keila Evelin Santos de Lima (Feira de Santana). **Domingo:** Dayana Bião de Souza M. Muniz (Juíza Federal da 9ª Vara), Cristiane Pinto da Paixão (Feira de Santana), Daiane Castor Braz (Paulo Afonso), Flávio Ribeiro Bello (Alagoinhas), Mônica Salgueiro de Melo Sarpa (8ª Vara), Luis Felipe Nascimento de Amorim Neves (Feira de Santana), Renan Campos de Jesus (9ª Vara). **Segunda-feira:** Fernanda Medrado Silveira (Bom Jesus da Lapa), Marcelo Silva Athayde (Vitória da Conquista), Rafael Moraes de Oliveira (NucGP).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Durval Carneiro Neto, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Encarregada: Adriana Souza Daniel. Diagramação: Taiana Laiz Silva de Jesus. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.

Inscreva-se no curso Pontos de Inclusão Digital: acesso e eficiência para os Juizados Especiais Federais

Estão abertas, até 6 de novembro, às 14h, as inscrições para o curso *Pontos de Inclusão Digital: acesso e eficiência para os Juizados Especiais Federais*. O curso, promovido pelo Núcleo de Gestão de Pessoas (NucGP), será realizado de 7 a 9 de novembro, das 9h às 11h30, via plataforma Teams. O público-alvo são servidores e colaboradores dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia e as inscrições serão realizadas por meio do formulário eletrônico <https://tinyurl.com/2xbfrv78>.

O objetivo geral é proporcionar aos participantes uma compreensão aprofundada sobre a relevância e a implementação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs) e seu potencial transformador na garantia do acesso à justiça e na aceleração dos procedimentos nos Juizados Especiais da Justiça Federal.

O curso, que possui carga horária de 8 horas/aula, será ministrado por Hugo Leonardo Abas Frazão e Lucélia Brilhante de Lima, ambos servidores lotados na Seção Judiciária do Maranhão (SJMA).

Dentro do conteúdo programático serão abordados temas como: *Introdução à Sociedade Digital e a Justiça: Princípios do JEF e relação com a sociedade digital; Justiça Analógica e Justiça Digital; Cidadania Analógica e Cidadania Digital; Agenda 2030 da ONU e o ODS nº 16 (Objetivo de Desenvolvimento*

CURSO

PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL: ACESSO E EFICIÊNCIA PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Datas e Horários

7/11- das 9h às 12h
8/11- das 9h às 11h30
9/11- das 9h às 11h30

Facilitadores:

Hugo Leonardo Abas Frazão
Lucélia Brilhante de Lima

Público-alvo:

servidores e colaboradores dos Juizados Federais da SJBA

Carga horária: 8 horas

VIA TEAMS



Sustentável): sua interação com os Juizados Especiais Federais; Institutos que antecedem ou se assemelham aos Pontos de Inclusão Digital: Postos Avançados de Atendimento, Fóruns Digitais, Justiça de Todos e Juizados Especiais Federais Virtuais; Como implantar um Ponto de Inclusão Digital: Classificação e Funções dos PIDs: análise dos níveis (0 a 4) e serviços correspondentes; Pontos de Inclusão Digital e tarefas processuais delegáveis às equipes colaboradoras: Pontos de Inclusão Digital e sua relevância, entre outros.

Essa matéria está associada ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Participe da consulta pública do CNJ sobre controle e arrecadação de custas judiciais

Até hoje, 3 de novembro, autoridades e membros da sociedade civil podem responder à consulta pública e contribuir no aprimoramento das diretrizes para a instituição, controle e arrecadação de custas judiciais nos tribunais brasileiros. A consulta pública é realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pode ser respondida por meio de formulário eletrônico.

O CNJ, por meio da Portaria nº 113/2022, criou o Grupo de Trabalho (GT) para realizar estudos, avaliar e apresentar propostas de políticas judiciárias de ampliação do acesso à justiça, melhoria dos regimes de custas, taxas, despesas judiciais e gratuidade de justiça. Um dos resultados das atividades desse GT é a Minuta de Recomendação, que estabelece diretrizes para a instituição, controle e arrecadação de custas judiciais pelos tribunais brasileiros.



Antes de ser levada ao Plenário para exame e aprovação, o CNJ submete à análise e manifestação daqueles que serão diretamente afetados por ela, através da consulta pública que poderá ser respondida, até 3/11, por meio do link <https://tinyurl.com/ykayu3sx>.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).